



BOLETIM DA PLENÁRIA ESPECÍFICA DOS ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS EDUCACIONAIS (AAEs)

Quinta-feira, 04 de abril de 2024 • às 19h

Informes

- Histórico das lutas dos Assistentes Administrativos Educacionais (AAEs) da Rede Municipal.
- Em estado de alerta: Fuad tenta utilizar o Projeto de Lei dos AAEs para ampliar cargos comissionados na educação.
- Mudança na Portaria 305/2028.
- Projeto de Lei Federal do Piso Nacional da educação para técnicos.

Histórico das lutas dos Assistentes Administrativos Educacionais (AAEs) da Rede Municipal

Nesta primeira reunião do ano de 2024 com os Assistentes Administrativos Educacionais (AAEs), o Sind-REDE/BH convida os trabalhadores a fazerem um balanço a respeito das lutas travadas pelo setor nos últimos anos, identificar as vitórias alcançadas devido à mobilização e entender a necessidade de continuarem na movimentação por melhores condições de trabalho e salário.

A vitória deste setor no ano de 2023 se deu com a denúncia feita para a cidade sobre o sucateamento da educação devido a falta de concurso público há mais de 10 anos nesta área.

A não realização de concurso público foi uma decisão tomada pelos governos Kalil/Fuad que deram de presente para a cidade de Belo Horizonte apenas propagandas referentes às ótimas mudanças na rede municipal de ensino, mas às custas de profissionais explorados, adoecidos e sem a devida valorização.

A unificação do cargo de Auxiliar de Biblioteca e Auxiliar de Secretaria em AAEs foi uma mudança que contou com a mobilização dos servidores. Foi depois de muitas reuniões, assembleias e atos que eles deliberaram por este novo formato de carreira dos Assistentes Administrativos Educacionais. Mesmo a Prefeitura de BH tendo acatado a mudança na carreira destes profissionais no ano de 2018, passando a jornada de 30 para 40 horas, garantindo aos que não quisessem a permanência em 30 horas, fundindo o cargo de Auxiliares de Biblioteca e Auxiliares de Secretaria em apenas um cargo os Assistentes Administrativos Educacionais (AAEs) e determinando que apenas os Assistentes ocupariam os cargos de Secretários nas Secretarias das escolas, é necessário identificar que as bandeiras de luta destes trabalhadores foram percebidas pela PBH como novas possibilidades para explorar, precarizar e economizar ainda mais em cima dos servidores.

Os números são aliados dos trabalhadores para demonstrar como a SMED/BH os explorou. Pois logo após a mudança de cargo, aconteceu a seleção de alguns trabalhadores para ocupar o cargo de Gestores Financeiros, a ida de outros para ocuparem as vagas nas Secretarias (tudo resultado da luta dos AAEs) e com essa redução de quadro, sem a realização de concurso, veio a sobrecarga de trabalho, o aumento de cobrança em cima do funcionário que passou a atuar nos diferentes espaços envolvendo os afazeres das Secretarias, Bibliotecas e Gestão Financeira e por consequência o adoecimento.

Quando retomamos o período da pandemia isso fica mais evidente. Nela foram os Assistentes convocados ao trabalho presencial quando a luta era por vacina e pela vida. Eles tiveram uma mudança repentina na estrutura do seu trabalho, foram expostos ao vírus e com cobranças cada vez maiores e sem nenhuma formação.

No ano de 2023, a luta por melhores salários e condições de trabalho fez com que os servidores novamente buscassem o apoio do Sindicato para discutir a possibilidade de serem reconhecidos pela lei do piso do magistério e terem o direito ao pagamento pela proporcionalidade de suas jornadas de 30 ou 40 horas.

Foi um longo processo até que a Procuradoria Geral do Município enviou um parecer negando esta reivindicação dos trabalhadores, todavia, a movimentação do setor trouxe para o debate na cidade de BH a urgência de se discutir um piso específico para estes trabalhadores da educação. Uma discussão que já fazia parte dos debates de Brasília. Pois desde 2021 existe um projeto de lei com essa pauta, estando atualmente prestes a ser encaminhado para a votação.

As outras demandas dos AAEs como a reformulação da carreira, a mudança na Portaria 305/2018, a exigência de concurso público para o setor, a luta contra o assédio moral, o direito à transferência de escola, entre outros itens, passaram a compor as reivindicações destes trabalhadores que não desistiram da luta.

E foi assim, que a pauta do concurso público saiu da gaveta e ganhou a sociedade. Com prazos definidos para que em junho de 2024 já tenhamos os Assistentes novatos nas escolas.

A luta dos Assistentes também escancarou o problema da ausência de Bibliotecários e por causa dessa movimentação outras peças passaram a se movimentar neste tabuleiro, ganhando as escolas a presença deste profissional e fazendo com que a Prefeitura

convocasse os que estavam na lista de espera.

Não se pode deixar de mencionar que a SMED tentou inserir o PSS na Educação e chegou a afirmar em audiência pública que apenas os professores não poderiam ser contratados. Todos os servidores da educação se uniram no movimento contra o PSS na Educação. E com ele caiu não apenas o PSS, como também o então Secretário.

A luta não é tarefa fácil. Ela exige responsabilidade, respeito e compromisso com a educação. Desta forma, todas as pautas apresentadas e aprovadas pelos Assistentes Administrativos Educacionais (AAEs) em assembleia são incorporadas à pauta geral apresentada pela Diretoria nas reuniões com a SMED/BH.

Ainda temos um longo caminho a trilhar. É importante participar de todo o processo. O Sindicato, o Sind-REDE/BH somos todos nós! Participe! Filie-se!

Em estado de alerta: Fuad tenta utilizar o Projeto de Lei dos AAEs para ampliar cargos comissionados na Educação

O prefeito Fuad Noman (PSD) enviou à Câmara Municipal (CMBH) uma proposta que amplia os cargos comissionados na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. A proposta veio em forma de "jabuti", inserido como artigo em um Projeto de Lei que visava ampliar a função pública do "Gestor Administrativo e Financeiro Escolar" para atender também as Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), uma demanda da pauta de reivindicações dos Assistentes Administrativos Educacionais (AAEs).

No jargão legislativo, "jabuti" é uma "manobra" que insere em uma proposta legislativa um tema sem relação com o texto original. Com essa manobra, o governo inseriu no projeto a criação de mais 25 cargos de confiança, sob a

denominação de “Coordenador de Projetos Especiais da Educação”.

Para o Sind-REDE/BH, a proposta se torna ainda mais absurda em um cenário de falta de professores nas escolas. Pois, ao invés de valorizar os servidores com melhores salários e ampliação dos concursos públicos para reposição do quadro, o governo Fuad opta utilizar os já escassos recursos da Educação com o inchaço da máquina pública através da criação de mais cargos comissionados.

Além disso, a reivindicação dos AAEs nem foi totalmente atendida, pois o Projeto não assegurava que a função pública de “Gestor Administrativo e Financeiro Escolar” fosse ocupada única e exclusivamente pelos Assistentes Administrativos Educacionais, como uma forma de valorização.

PL recusado

Na última terça-feira (26/03), o presidente da CMBH, Gabriel Azevedo (sem partido), devolveu o Projeto de Lei alegando falta de clareza no artigo 2º, justamente o “jabuti” inserido por Fuad para ampliar os cargos comissionados na Educação.

Com a devolução do projeto, a Diretoria Colegiada do Sind-REDE/BH espera que o governo abra diálogo para discussão sobre a reivindicação dos Assistentes Administrativos Educacionais, e envie para a CMBH um PL que contemple apenas os pontos acordados.

Na data de hoje, quinta-feira (04/04), teremos reunião com a Secretária Municipal de Educação, Fernanda Neves, e dentre os pontos da pauta consta o Projeto de Lei.

É importante que os Assistentes tenham as informações necessárias e fiquem atentos ao que será apresentado. Manter o estado de alerta! Caso o prefeito não atenda a demanda do setor, autorize o Sindicato a convocá-los para ações na Câmara Municipal, com a SMED/BH.

Mudança na Portaria 305/2018

A mudança na Portaria 305 de 2018 está sendo analisada pelo setor da SMED/BH. Essa é uma antiga demanda dos AAEs que fizeram reuniões, estudaram a Portaria, destacaram os artigos a serem modificados. A proposta de alteração foi feita durante o ano de 2023 e submetida à assembleia que a aprovou.

Os Bibliotecários também fizeram algumas sugestões que foram encaminhadas. Tão logo tenhamos a proposta de texto final, reuniremos os trabalhadores para avaliação.

Projeto de Lei Federal do Piso Nacional da educação para os técnicos

O Sind-REDE/BH está acompanhando o Projeto de Lei N. 2531/2021 (apensado 1.549/2024) que estabelece o piso salarial nacional para os profissionais dos quadros técnicos e administrativo da educação básica.

Este projeto foi apresentado em 2021 pela deputada federal Rose Modesto e agora tem como relator o deputado federal Idilvan Alencar.

O Sind-REDE/BH já esteve em Brasília conversando sobre este assunto com a deputada federal Luciene Cavalcante em 2023 e em 2024 participou de uma reunião com a assessoria do atual relator encaminhando as seguintes considerações a serem analisadas no relatório:

- aplicação do reajuste do Piso nas carreiras do serviço público. É uma forma de evitar que se aplique o piso só para quem estiver abaixo do Piso e com o tempo as carreiras podem ser impactadas negativamente, ao ponto do Piso se tornar um teto.
- considerar a proporcionalidade, visto que temos carreiras com jornadas inferiores a 40h. Ex.: Em Belo Horizonte/MG temos carreira com jornadas de 30h e 40h.

O pedido de mudança no texto revendo a proporcionalidade da jornada e a carreira é um cuidado para que essa lei não transforme o piso nacional em teto.

O Sind-REDE/BH continuará acompanhando o projeto e mantendo a categoria informada e mobilizada.

ANOTAÇÕES



Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte

sindrede.org.br | Av. Amazonas, 491, 10º andar - Centro - Belo Horizonte / MG